

I PPLA 2008 | perguntas e respostas

Em agosto de 2008, a Ambiens Sociedade Cooperativa e apoiadores realizarão, no Museu Oscar Niemeyer – MON, em Curitiba, o Seminário PPLA - Política e Planejamento: economia, sociedade e território.

Para instigar os debates referentes ao tema do ano, Estado e Lutas Sociais: intervenções e disputas no território, a Comissão Organizadora convidou Ana Clara Torres Ribeiro, professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro e integrante da Comissão Científica do Seminário PPLA – 2008, para comentar sobre os temas do evento.

1. No cenário brasileiro atual, qual a relevância do debate sobre política e planejamento?

O planejamento, como uma ação de natureza estratégica e projetiva, é, em sua essência, um fato político. Isto precisa ser reconhecido sempre, ou seja, do meu ponto de vista não é correto reduzir, por exemplo, a política às políticas públicas ou o governo à governança e à governabilidade. Evidentemente, estas também são de grande relevância prática e imediata. Mas, o seu tratamento isolado não permite a compreensão mais ampla da qualidade das relações entre Estado e Sociedade, onde se inscreve o debate dos conteúdos da democracia e da cidadania. Admitir esta substituição significa não compreender as forças sociais e políticas representadas no Estado e, ainda, não conseguir acompanhar as disputas de poder e a mudança das conjunturas políticas. Considero, assim, que o planejamento precisa ser refletido em dois níveis fundamentais: (1) – como âmbito de avaliação da garantia de direitos fundamentais; (2) – como intervenções, programas e projetos de enfrentamento e tratamento das questões sócio-territoriais. A observação de somente um destes níveis não é suficiente para a reflexão do cenário brasileiro atual.

2. **Qual a contribuição que este debate pode trazer para a compreensão das relações entre Estado, Lutas Sociais e as intervenções e disputas no território?**

A preservação dos dois níveis citados acima pode permitir uma melhor compreensão dos diferentes futuros em disputa no presente, o que é de imediato interesse para os movimentos sociais. Assim, no que concerne os vínculos entre planejamento e política, este debate pode apoiar a identificação dos interesses subjacentes a diferentes ideários e modelos para o crescimento da economia e o desenvolvimento sócio-territorial. Já no que diz respeito à ação governamental e às políticas públicas, este debate pode favorecer uma compreensão, mais clara e informada, dos recursos disponíveis em mãos do Estado (por ex: orçamento e sua destinação); da qualidade da administração pública e dos seus quadros técnicos e, sobretudo, dos caminhos existentes para a efetiva redução das desigualdades sociais e a concretização de políticas redistributivas. Por fim, cabe dizer que a nova forma de realização do capitalismo – sua escala e base técnica – ampliou, extraordinariamente, a importância do controle e da projeção de usos do território, o que também explica a eclosão das lutas territorializadas. O debate do planejamento constitui-se, portanto, numa oportunidade de compreender a gênese e a dinâmica destas lutas, associando-as às formas dominantes de uso do território.

3. Até que ponto a aproximação entre o planejamento (Estado) e os movimentos não tem produzido uma participação dependente, ou seja, uma ação de acordo com os interesses e a lógica governamental?

Creio que é muito difícil dar uma resposta fechada a esta pergunta. Primeiramente, a denominada lógica governamental precisa ser decodificada através de uma leitura do poder e, logo, das disputas por poder, o que, mais uma vez, implica na nomeação dos interesses com real acesso ao aparelho de governo. Em segundo lugar, cabe fazer referência às transformações no próprio aparelho de governo (estrutura e dinâmica), ocorridas a partir da Constituição Federal de 1988, bastando fazer referência, nesta direção, às conferências e aos conselhos vinculados às políticas públicas. A lógica governamental continua sendo definida apenas pelos governantes? Em terceiro lugar, penso que deva ser considerada a dinâmica do que denomino de “espaço do meio”, ou seja, o campo de mediações inscrito entre as reivindicações coletivas e o Estado. Esta compreensão pode permitir uma leitura mais concreta de “quem é quem fazendo o que” tanto no aparelho de governo quanto em entidades da sociedade civil, que, muitas vezes, assumem funções que, a princípio, seriam de responsabilidade do Estado. Desta maneira, a lógica governamental pode ser compreendida, também, como um resultado

dos interesses representados e negociados neste “espaço do meio”, através do (e no) qual são distribuídos diferentes tipos de recursos, incluindo cargos públicos. Com estas palavras, desejo recordar que, como alertou Gramsci, os mecanismos de poder são bem mais amplos e complexos do que parecem ser a primeira vista.

| PERFIL |

ANA CLARA TORRES RIBEIRO

Possui graduação em Ciências Políticas e Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1967), mestrado em Sociologia pela Sociedade Brasileira de Instrução - SBI/IUPERJ (1977) e doutorado em Ciências Humanas pela Universidade de São Paulo (1988). Atualmente é professora adjunta da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Pesquisadora 1A do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq; Membro da Red Iberoamericana de Investigadores Sobre Globalización y Territorio, Coordenadora do GT Desenvolvimento Urbano do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais. Experiência na área de Planejamento Urbano e Regional; Sociologia Urbana com ênfase em Teoria da Urbanização, atuando principalmente nos seguintes temas: ação social, metrópole, urbanização, conflitos urbanos, movimentos sociais e território.



Ambiens Sociedade Cooperativa

Rua Treze de Maio, 778 – cj. 15

Curitiba | PR | 80510-030

(41) 3013-2160 | (41) 3013-2161 |

www.coopere.net/ppla